

Prezado(a) candidato(a):

Assine e coloque seu número de inscrição no quadro abaixo. Preencha, com traços firmes, o espaço reservado a cada opção na folha de resposta.

Nº de Inscrição

Nome

ASSINALE A RESPOSTA CORRETA.

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA – Cargo 01

Frei Betto

Campanha eleitoral se ganha com TV. Toda eleição os partidos contratam equipes para cuidar da imagem de seus candidatos. Em geral, equipe comandada por um publicitário que não é do partido, não gosta do partido e não vota no partido. Mas tem fama de competente...

Ora, competência rima com convicção. Qualquer manual de marketing, desses que ensinam a vender poluição atmosférica para ecologista, aconselha o vendedor a estar convencido da qualidade de sua mercadoria. Por isso, em muitas campanhas o programa de TV emperra. Troca-se de publicitário, de equipe e de estilo. E confunde-se o eleitor, pois, de uma semana a outra, o candidato *light* vira xiita ou vice-versa.

O mais dramático é constatar que se troca a ética pela estética. Não importa se o candidato é bandido, corrupto ou incompetente. Uma boa imagem fala mais que mil palavras. Assim, opera-se a progressiva despolitização da política, que é um dos objetivos do neoliberalismo. Tira-se a política do âmbito público como ferramenta de promoção do bem comum, para reduzi-la ao âmbito privado, à escolha de candidatos baseada, não em propostas e programas, e sim em simpatias e empatias.

A razão é simples: no sistema capitalista, a política é teoricamente pública e a economia privada. Universaliza-se o voto e privatiza-se a riqueza. Se no Brasil há mais de 100 milhões de eleitores, apenas 19 milhões concentram em suas mãos 75,4% da riqueza nacional (Ipea, maio 2008).

Numa verdadeira democracia, a universalização do voto deveria coincidir com a socialização das riquezas, no sentido de assegurar a todos uma renda

mínima e os três direitos básicos, pela ordem: alimentação, saúde e educação. Como isso não consta da pauta do sistema, procura-se inverter o processo: inocula-se na população o horror à política de modo a relegá-la ao domínio privado de uns poucos. Quem tem nojo da política é governado por quem não tem. E os maus políticos tudo fazem para usar o poder público em benefício de seus interesses privados.

Veja-se, por exemplo, o movimento em favor do voto facultativo. O que muitos encaram como positivo e condizente com a liberdade individual é uma maneira de excluir parcela considerável da população das decisões políticas. Aumenta-se, assim, o grau de alienação dos potenciais eleitores. Quando perguntam por minha opinião, digo com clareza: sou a favor, desde que seja também facultativa a atual obrigação de pagar impostos. Por que ser obrigado a sustentar economicamente o Estado e desobrigado de influir na sua configuração e nos seus rumos?

O desinteresse pela política é um dos sintomas nefastos da ideologia neoliberal, que procura dessocializar os cidadãos para individualizá-los como consumistas. Troca-se o princípio cartesiano do "penso, logo existo", para o princípio mercadológico do "consumo, logo existo". É nesse sentido que a propaganda eleitoral também se reveste de mercadoria. Oferecem-se, não idéias, programas de governo, estratégias a longo prazo, e sim promessas, performances, imagens de impacto.

Se há aspectos positivos nas restrições oficiais às campanhas eleitorais, porque deixam a cidade limpa e evitam que os comícios atraiam público, não em função do candidato, e sim dos artistas no palanque, é óbvio que favorecem a quem tem mais dinheiro. [...]

Se a sociedade não se empenhar na educação política de seus cidadãos, em breve teremos parlamentos e executivos ocupados apenas por corruptos, milicianos, lobistas e fundamentalistas. Então o Brasil se verá reduzido a uma imensa Chicago dos anos 30, com os Al Capone dando as cartas ao arripio das leis, de um lado, e os Bin Laden versão tupiniquim de outro, convencidos de que, em nome de sua religião, foram escolhidos por Deus para governar erradicando o pecado, ou seja, combatendo a ferro e fogo todos que não rezam pela cartilha deles.

(Estado de Minas, 25 de setembro de 2008)

QUESTÃO 01

Pode-se afirmar que o objetivo central do texto é:

- a) discutir a progressiva despolitização da política.
- b) criticar o desinteresse da população pela política.
- c) discutir as restrições oficiais às campanhas eleitorais.
- d) criticar o marketing existente nas campanhas políticas.

QUESTÃO 02

Segundo o autor, a apatia do povo quanto à política é um dos sintomas nefastos da ideologia neoliberal, porque:

- a) torna os cidadãos consumistas e sem educação política.
- b) no sistema capitalista, a política é teoricamente pública e a economia privada. Universaliza-se o voto e privatiza-se a riqueza.
- c) dessocializam-se os cidadãos e estes passam a aceitar promessas, performances e imagens de impacto em vez de idéias, programas de governo e estratégias a longo prazo.
- d) troca-se de publicitário, de equipe e de estilo nas campanhas transmitidas pela TV. E confunde-se o eleitor, pois, de uma semana a outra, o candidato *light* vira xiita ou vice-versa.

QUESTÃO 03

“Qualquer manual de marketing, desses que ensinam a vender poluição atmosférica para ecologista, aconselha o vendedor a estar convencido da qualidade de sua mercadoria.” (2º §)

No trecho acima, pode se inferir que:

- a) um bom vendedor vende até aquilo em que não acredita.
- b) são competentes aqueles que seguem os manuais de marketing à risca.
- c) estar convencido da qualidade do que se vende não significa estar convicto do que se faz.
- d) é necessária a convicção de que, para se fazer bom trabalho de marketing, deve-se gostar do que se faz e acreditar na qualidade de seu produto.

QUESTÃO 04

Com base numa leitura global do texto, é possível fazer as seguintes afirmações, **EXCETO**:

- a) Ao se referir a uma boa imagem que fala mais que mil palavras, o autor apresenta um dos princípios do neoliberalismo.
- b) Ao sugerir que se inocula na população o horror à política, reafirma-se a idéia de que a ditadura deixou resquícios vitais em nossa sociedade.
- c) Ao afirmar que o voto facultativo deveria existir desde que houvesse a possibilidade de o pagamento de impostos ser também facultativo, o locutor demonstra o seu ponto de vista em relação a ambos.
- d) Ao dizer que, se a sociedade não se empenhar na educação política de seus cidadãos, em breve teremos parlamentos e executivos ocupados apenas por corruptos, milicianos, lobistas e fundamentalistas, critica-se a realidade em que vivemos.

QUESTÃO 05

O autor faz uso das palavras em sentido figurado em:

- a) “O mais dramático é constatar que se troca a ética pela estética.”
- b) “O desinteresse pela política é um dos sintomas nefastos da ideologia neoliberal, que procura dessocializar os cidadãos para individualizá-los como consumistas.”
- c) “[...] convencidos de que, em nome de sua religião, foram escolhidos por Deus para governar erradicando o pecado, ou seja, combatendo a ferro e fogo todos que não rezam pela cartilha deles.”
- d) “Se a sociedade não se empenhar na educação política de seus cidadãos, em breve teremos parlamentos e executivos ocupados apenas por corruptos, milicianos, lobistas e fundamentalistas.”

QUESTÃO 06

Ao longo do texto, o autor só **NÃO** se mostra:

- a) irônico.
- b) realista.
- c) indignado.
- d) conformista.

QUESTÃO 07

O articulador sintático pode ser substituído **ADEQUADAMENTE** pela palavra ou expressão indicada entre parênteses em:

- a) “**Por isso**, em muitas campanhas o programa de TV emperra.” (porque).
- b) “**Quando** perguntam por minha opinião, digo com clareza: sou a favor [...]” (Se).
- c) “Aumenta-se, **assim**, o grau de alienação dos potenciais eleitores.” (no entanto).
- d) “[...] para reduzi-la ao âmbito privado, à escolha de candidatos baseada, não em propostas e programas, **e sim** em simpatias e empatias.” (mas).

QUESTÃO 08

Os referentes dos verbos destacados estão **corretamente** identificados entre parênteses, **EXCETO** em:

- a) “Campanha eleitoral se **ganha** com TV.” (campanha eleitoral).
- b) “Assim, **opera-se** a progressiva despolitização da política [...]” (a progressiva despolitização da política).
- c) “Toda eleição os partidos **contratam** equipes para cuidar da imagem de seus candidatos.” (Toda eleição os partidos).
- d) “E os maus políticos tudo **fazem** para usar o poder público em benefício de seus interesses privados.” (os maus políticos).

QUESTÃO 09

Em: “Quando perguntam por minha opinião, digo com clareza: sou a favor, **desde que** seja também facultativa a atual obrigação de pagar impostos.”, a idéia expressa pelo termo destacado é de:

- a) causalidade.
- b) condicionalidade.
- c) explicação.
- d) adversidade.

QUESTÃO 10

Em: “O desinteresse **pela política** é um dos sintomas nefastos da ideologia neoliberal [...]”, o termo destacado exerce a função sintática de:

- a) complemento nominal.
- b) agente da passiva.
- c) adjunto adnominal.
- d) adjunto adverbial.

PROVA DE NOÇÕES DE INFORMÁTICA**QUESTÃO 11**

Analise as seguintes afirmativas sobre as teclas de atalho do Microsoft Excel 2003, versão português:

- I. CTRL+A é equivalente à opção de menu “Arquivo → Abrir...”.
- II. CTRL+B é equivalente à opção de menu “Arquivo → Salvar”.
- III. CTRL+C é equivalente à opção de menu “Editar → Colar”.

São **VERDADEIRAS** as afirmativas:

- a) I, II e III.
- b) II e III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.

QUESTÃO 12

Em relação à utilização de funções no Microsoft Excel 2003, versão português, todas as afirmativas abaixo estão corretas, **EXCETO**:

- a) A função “MÉDIA” retorna a média aritmética dos argumentos informados.
- b) A função "DIA.DA.SEMANA" retorna um texto identificando o dia da semana: “SEG”, “TER”, “QUA”, “QUI”, “SEX”, “SAB” ou “DOM”.
- c) A função "DESVPADP" calcula o desvio padrão com base na população total informada como argumento.
- d) A função "SOMA" retorna a soma de todos os números em um intervalo de células.

QUESTÃO 13

Analise as seguintes afirmativas referentes ao Microsoft Windows XP Professional, versão português:




- I. “Barra de Tarefas” é a barra que contém o botão “Iniciar” e aparece, por padrão, na parte inferior da área de trabalho
- II. “Área de Notificação” é a área à direita dos botões da barra de tarefas que exibe a hora e também pode conter atalhos que forneçam acesso rápido a programas.
- III. A barra “Inicialização rápida” da barra de tarefas exibe ícones nos quais o usuário pode clicar para abrir programas rapidamente, mostrar a área de trabalho ou realizar outras tarefas.

São **VERDADEIRAS** as afirmativas:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

QUESTÃO 14

Em relação aos ícones das barras de ferramentas do Microsoft Word 2003, versão português, analise as seguintes afirmativas:

- I.  Exibe a estrutura do documento.
- II.  Justifica os parágrafos selecionados.
- III.  Verifica ortografia e gramática.

São **VERDADEIRAS** as afirmativas:

- a) I e III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

QUESTÃO 15

São opções disponíveis do menu “Formatar” do Microsoft Word 2003, versão português, **EXCETO**:

- a) Bordas e sombreamento...
- b) Parágrafo...
- c) Tema...
- d) Tabela...

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

As questões de 16 a 19 devem ser respondidas com base no Código Penal brasileiro em vigor.

QUESTÃO 16

Assinale a alternativa que contém a pena prevista para o crime de peculato culposo:

- a) Detenção, de três meses a um ano.
- b) Reclusão, de três meses a um ano.
- c) Detenção, de seis meses a dois anos.
- d) Reclusão, de dois a doze anos, e multa.

QUESTÃO 17

“Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem”. Esse tipo corresponde ao crime:

- a) Concussão.
- b) Corrupção ativa.
- c) Corrupção passiva.
- d) Prevaricação.

QUESTÃO 18

“Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário” constitui:

- a) Condescendência criminosa.
- b) Advocacia administrativa.
- c) Nepotismo.
- d) Prevaricação.

QUESTÃO 19

Assinale a alternativa que contém o tipo penal do crime de falsidade ideológica:

- a) Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem.
- b) Atestar ou certificar falsamente, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem.
- c) Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro.
- d) Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

As questões de 20 a 33 devem ser respondidas com base no Código Civil brasileiro em vigor.

QUESTÃO 20

Com base no Código Civil, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer, entre outros, os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- b) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- c) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de dezesseis anos.
- d) Este código define as pessoas capazes, absolutamente ou relativamente incapazes de direitos e deveres na ordem civil.

QUESTÃO 21

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- b) Sem comportar exceção, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- c) É defeso, sob qualquer pretexto, o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- d) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, podendo o respectivo ato ser livremente revogado pelos familiares do morto.

QUESTÃO 22

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Não perdem o caráter de imóveis os materiais separados de um prédio em demolição.
- b) Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóveis, excluídas as ações que os asseguram.
- c) São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.
- d) Perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.

QUESTÃO 23

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado.
- b) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a aprovação do ato constitutivo na respectiva assembléia geral, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- c) São pessoas jurídicas de direito público interno somente a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas e as demais entidades de caráter público criadas por lei.
- d) Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas deste Código.

QUESTÃO 24

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- b) O rol de pessoas jurídicas de direito privado circunscreve-se às sociedades, fundações, organizações religiosas e partidos políticos.
- c) São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, facultada ao poder público a negação de seu reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento, quando atentem contra as instituições democráticas.
- d) Decai em dois anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa **INCORRETA**, no que se refere ao domicílio das pessoas jurídicas:

- a) O domicílio das demais pessoas jurídicas é o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos.
- b) O domicílio da União é o Distrito Federal; os dos Estados e Territórios, as respectivas capitais; o do Município, o lugar onde funcione a administração municipal.
- c) Se a administração, ou diretoria, tiver a sede no estrangeiro, haver-se-á por domicílio da pessoa jurídica, no tocante às obrigações contraídas por cada uma das suas agências, o lugar do estabelecimento, sito no Brasil, considerado como sua matriz nacional.
- d) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.

QUESTÃO 26

Consideram-se móveis para os efeitos legais, **EXCETO**:

- a) As energias que tenham valor econômico.
- b) Os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- c) Os materiais de construção em geral.
- d) Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A escritura pública é indispensável à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.
- b) A validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.
- c) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- d) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.

QUESTÃO 28

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão. A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- b) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes e a prescrição iniciada contra uma pessoa fica suspensa contra o seu sucessor, até que a este seja dada ciência do fato pelo interessado.
- c) Não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal; entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar; entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela.
- d) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

QUESTÃO 29

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Há solidariedade presumida quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda.
- b) A obrigação solidária será necessariamente pura e simples, condicional, ou a prazo para ambos os co-credores ou co-devedores.
- c) Cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação no limite do quinhão a que faz jus.
- d) Enquanto alguns dos credores solidários não demandarem o devedor comum, a qualquer daqueles poderá este pagar.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, não anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.
- b) A condição de detentor não pode ser presumida com base no mero comportamento em relação ao bem e à outra pessoa a que se encontra vinculado por relação de dependência.
- c) Considera-se detentor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- d) Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa, poderá cada uma exercer sobre ela atos possessórios, contanto que não excluam os dos outros compossuidores.

QUESTÃO 31

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O empresário cuja atividade rural constitua sua principal profissão pode, observadas as formalidades de que tratam o art. 968 e seus parágrafos, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Rurais da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.
- b) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- c) A inscrição do empresário far-se-á mediante requerimento que contenha o seu nome, nacionalidade, domicílio, estado civil e, se casado, o regime de bens; a firma, com a respectiva assinatura autógrafa; o capital; o objeto e a sede da empresa.
- d) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária.

QUESTÃO 32

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.
- b) Somente por escrito se pode provar a existência de sociedade.
- c) Os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expresso limitativo de poderes, que terá eficácia *erga omnes*.
- d) Na sociedade em conta de participação, o contrato social produz efeito entre os sócios e perante terceiros, e a eventual inscrição de seu instrumento no registro competente confere personalidade jurídica à sociedade.

QUESTÃO 33

São direitos reais, **EXCETO**:

- a) A superfície e as servidões.
- b) O usufruto e a hipoteca.
- c) O penhor e a penhora.
- d) A habitação e a anticrese.

As questões de 34 a 42 devem ser respondidas com base no Código de Processo Civil brasileiro em vigor.

QUESTÃO 34

Assinale a alternativa correta:

- a) Estando a petição inicial devidamente instruída, o Juiz deferirá de plano a expedição do mandado de pagamento ou de entrega da coisa no prazo de dez dias.
- b) A ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel.
- c) No prazo de quinze dias, poderá o réu oferecer embargos, que não suspenderão a eficácia do mandado inicial.
- d) O cumprimento do mandado pelo réu não o isentará de custas e honorários advocatícios.

QUESTÃO 35

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa.
- b) O princípio do livre convencimento do juiz o autoriza, em falta de normas jurídicas particulares, a aplicar irrestritamente as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e ainda as regras da experiência técnica.
- c) O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
- d) É nula a convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova quando recair sobre direito indisponível da parte ou tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.

QUESTÃO 36

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Salvo disposição especial em contrário, as provas podem ser produzidas em audiência.
- b) Quando a parte, ou a testemunha, por enfermidade, ou por outro motivo relevante, estiver impossibilitada de comparecer à audiência, mas não de prestar depoimento, o juiz designará, conforme as circunstâncias, dia, hora e lugar para inquiri-la.
- c) A parte, que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário, provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o determinar o juiz.
- d) A carta precatória e a carta rogatória, não devolvidas dentro do prazo ou concedidas sem efeito suspensivo, poderão ser juntadas aos autos até o julgamento final.

QUESTÃO 37

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e forma legais.
- b) Para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade.
- c) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência ou da inexistência de relação jurídica, da autenticidade ou falsidade de documento.
- d) Não é admissível a ação declaratória, caso tenha ocorrido violação do direito.

QUESTÃO 38

Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, nas hipóteses abaixo, enunciadas em estrita consonância com o Código, **EXCETO** se:

- a) Entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide.
- b) Entre as causas houver conexão pelo objeto ou pela causa de pedir.
- c) Os direitos ou as obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato.
- d) Ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito.

QUESTÃO 39

“Há _____, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.”

Assinale a alternativa que integra o preceito legal:

- a) Litispendência.
- b) Denúnciação da lide.
- c) Litisconsórcio necessário.
- d) Continência.

QUESTÃO 40

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do réu. Tendo mais de um domicílio, o réu será demandado no foro de qualquer deles.
- b) Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro da situação da coisa, podendo o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio ou de eleição, se o litígio versar sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.
- c) Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele será demandado onde for encontrado ou no foro do domicílio do autor.
- d) Quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil, a ação será proposta no foro do domicílio do autor. Se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.

QUESTÃO 41

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O locador que se ausentar do Brasil sem cientificar o locatário de que deixou na localidade onde estiver situado o imóvel procurador com poderes para receber citação, será considerado revel.
- b) Citação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender. Para a validade do processo é indispensável a citação inicial do réu. O comparecimento espontâneo do réu supre, entretanto, a falta de citação.
- c) Comparecendo o réu apenas para argüir a nulidade e sendo esta decretada, considerar-se-á feita a citação na data em que ele ou seu advogado for intimado da decisão.
- d) Far-se-á a citação pessoalmente ao réu, ao seu representante legal ou ao procurador legalmente autorizado. Estando o réu ausente, a citação far-se-á na pessoa de seu mandatário, administrador, feitor ou gerente, quando a ação se originar de atos por eles praticados.

QUESTÃO 42

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O processo civil começa por iniciativa da parte, e continua a se desenvolver sob o princípio da provocação.
- b) A alteração do pedido ou da causa de pedir em nenhuma hipótese será permitida após o saneamento do processo.
- c) Considera-se proposta a ação, tanto que a petição inicial seja despachada pelo juiz.
- d) Feita a citação, é permitido ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, se o juiz considerar pertinente a alteração, em face da lei.

As questões de 43 a 47 devem ser respondidas com base na Constituição da República Federativa do Brasil em vigor.

QUESTÃO 43

Assinale a alternativa inteiramente consentânea com o texto constitucional:

- a) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição. Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei.
- b) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.
- d) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei complementar estadual, dentro do período determinado por lei federal, e dependerão de consulta, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

QUESTÃO 44

Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos. A lei disporá sobre os tópicos abaixo, **EXCETO**:

- a) A política tarifária e a estratégia publicitária.
- b) O regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;
- c) Os direitos dos usuários.
- d) A obrigação de manter serviço adequado.

QUESTÃO 45

Compete à União, **EXCETO**:

- a) Explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais.
- b) Explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens; os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos.
- c) Estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.
- d) Explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

QUESTÃO 46

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas na alternativa anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;
- b) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- c) Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
- d) As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

QUESTÃO 47

O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, **EXCETO**:

- a) Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em quarenta e cinco dias a contar de seu recebimento.
- b) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- c) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- d) Realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, entre outras.

As questões de 48 a 50 devem ser respondidas com base na Lei Federal nº 6404/76 em vigor.

QUESTÃO 48

“A ação para anular as deliberações tomadas em assembléia-geral ou especial, irregularmente convocada ou instalada, violadoras da lei ou do estatuto, ou eivadas de erro, dolo, fraude ou simulação, prescreve em _____, contados da deliberação.”

Escolha a alternativa que integra o preceito acima:

- a) Três anos.
- b) Quatro anos.
- c) Dois anos.
- d) Cinco anos.

QUESTÃO 49

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) As companhias e quaisquer outras sociedades, sob o mesmo controle ou não, podem constituir consórcio para executar determinado empreendimento, observado o disposto em capítulo específico desta lei.
- b) A falência de uma consorciada não se estende às demais, subsistindo o consórcio com as outras contratantes; os créditos que porventura tiver a falida serão apurados e pagos na forma prevista no contrato de consórcio.
- c) O consórcio tem personalidade jurídica e as consorciadas somente se obrigam nas condições previstas no respectivo contrato, respondendo cada uma por suas obrigações, sem presunção de solidariedade.
- d) O consórcio será constituído mediante contrato aprovado pelo órgão da sociedade competente para autorizar a alienação de bens do ativo permanente. O contrato de consórcio e suas alterações serão arquivados no registro do comércio do lugar da sua sede, devendo a certidão do arquivamento ser publicada.

QUESTÃO 50

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Se a oferta contiver permuta, total ou parcial, dos valores mobiliários, somente poderá ser efetuada após prévio registro na Comissão de Valores Mobiliários.
- b) A oferta deverá ter por objeto ações com direito a voto em número suficiente para assegurar o controle da companhia e será irrevogável.
- c) Se o ofertante já for titular de ações votantes do capital da companhia, a oferta poderá ter por objeto o número de ações necessário para completar o controle, mas o ofertante deverá fazer prova, perante a Comissão de Valores Mobiliários, das ações de sua propriedade.
- d) A oferta pública para aquisição de controle de companhia aberta somente poderá ser feita com a participação de seguradora que garanta o cumprimento das obrigações assumidas pelo ofertante.

ATENÇÃO:

COM SUA LETRA HABITUAL, TRANSCREVA, PARA O ESPAÇO RESERVADO PELA COMISSÃO, NA FOLHA DE RESPOSTAS, A SEGUINTE FRASE:

“A ética profissional é um conjunto de normas de conduta que deverão ser postas em prática no exercício de qualquer profissão, visando a dignidade humana e a construção do bem-estar social.”

(adaptado de *Ética profissional*, disponível em <http://tpd2000.vilabol.uol.com.br/etica2.htm>, acessado em 30/10/2008)